



MULHERES RURAIS: IDENTIDADE E MILITÂNCIA

Elizabeth Ferreira Cruz¹

Este artigo aborda alguns aspectos da minha dissertação de mestrado², cujo objetivo foi identificar e analisar possíveis transformações nas dimensões da identidade e na posição de sujeito de mulheres rurais que militam em movimentos sociais rurais no Ceará³. No estudo problematizei se a partir da militância política de mulheres rurais em movimentos sociais, bem como sua vinculação ou aproximação com o feminismo, ocorrem ou não transformações nas dimensões da identidade dessas mulheres. Para efeito do estudo trabalhei com dois eixos de questões. De um lado indagava se a militância política em movimentos sociais por si só provoca mudanças nas dimensões da identidade e nas representações sociais das mulheres rurais. De outro, questionava se o vínculo ou aproximação com o feminismo (como projeto societário, teoria ou movimento social) constitui um diferencial na posição de sujeito das mulheres rurais, tanto nos movimentos como na sociedade. Ocorre, a partir deste vínculo, um posicionamento do *sujeito feminista*, isto é, de mulheres que rompem com o lugar subordinado e com a representação essencializada de mulher, para afirmar *o que são* e *o que querem ser* (CASTELLS, 1999)?

Tentando responder a estas perguntas percorri outro campo de questões que pudessem me dar indicadores que apontassem ou não nesses sentidos. Um primeiro deles era se haveria diferenças significativas entre mulheres militantes e não-militantes que expressassem se a militância é ou não um elemento determinante para transformar o lugar das mulheres no mundo, transformando também sua visão de mundo. Compreendo a militância como a ação, a intervenção política do indivíduo, em conjunto com outros, na busca de provocar mudanças na realidade. A militância é mobilizada pelo desejo de transformação. Neste sentido, militar em um movimento não significa apenas participar, estar e interagir com outros sujeitos em determinados espaços. Implica em um posicionamento no mundo, em uma ação política, isto é, em agir, se engajar, proferir um discurso, se movimentar para transformar o mundo; implica em construir um ideal, uma utopia, um projeto a

¹ Assistente Social, mestra em Sociologia, militante do movimento feminista

² CRUZ, Elizabeth Ferreira. **Ação política, transformação social e re-construção de identidades:** Um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

³ A pesquisa centrou-se nas experiências de mulheres militantes de três movimentos sociais (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR/NE; Movimento Sem Terra – MST; e Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR) e nas experiências de mulheres rurais não-militantes, de modo a identificar e problematizar diferenças e semelhanças entre esses dois grupos.



ser partilhado e pelo qual se planeja transformar; e implica também em se *des-re-construir* como sujeito no processo mesmo da luta e de interação com outros sujeitos. Neste sentido, a militância é ação que provoca transformações nas diversas dimensões constitutivas do indivíduo e provoca mudanças e/ou rupturas nas dimensões da identidade de quem milita.

A pesquisa, ainda que se trate de uma amostra muito restrita, indica que transformações significativas ocorrem na vida e na forma de ver o mundo das pessoas a partir de uma ação militante. Também foi possível perceber que há sim, diferenças na forma como as mulheres militantes e não-militantes se vêem e se colocam no mundo. Como também que há diferenças de visão de mundo e posicionamentos entre quem é feminista ou simpatiza com o feminismo e quem não tem nenhum vínculo com o feminismo. Este artigo aborda apenas um dos aspectos trabalhados na pesquisa: o desafio de ser mulher e militante.

Identidade: um conceito em debate

O conceito de identidade é, sem dúvidas, marcado por controvérsias, contradições, ambigüidades e indefinições. Há quem prefira falar de identificação e não de identidade (HALL, 2007), argumentando-se que não existiria uma *identidade*, mas processos diversos de *identificação*. Porém, entendo que identidade e identificação consistem em conceitos e processos distintos, não podendo um ser confundido nem reduzido ao outro. Identificação se refere aos mecanismos pelos quais a identidade é construída. Envolve socialização, subjetivação, conhecimento, reconhecimento e diferenciação. A identificação é um processo, acima de tudo, subjetivo, que implica um exercício reflexivo de “identificar-se com” (GOUVEIA, 1993; HALL, 2007). Já *identidade* se refere ao sentido que temos de nós mesmas/os no mundo, ou seja, a quem *somos* como indivíduos e seres sociais, isto é, na relação que estabelecemos com os/as outros/as (CRUZ, 2000). Identidade diz respeito tanto àquilo que *se é*, internamente falando: “eu sou”; como, e ao mesmo tempo, ao que *não se é*, ao que está “fora”: a *diferença* (SILVA, 2007). A identidade envolve ainda a *mediação* entre o interno e o fora por meio da diferenciação e da semelhança.

Para Mezan (apud GOUVEIA, 1993, p. 102) a identidade “remete à sensação subjetiva de que ‘eu sou’, isto é, de que um ‘algo’ permanente subjaz aos diversos momentos de minha existência, encadeando umas às outras as diversas vivências e representações que sucessivamente vão se apresentando à consciência”. Esse autor coloca ainda que há duas condições para que a identidade se estabeleça: 1) a necessidade de *continuidade* e *constância*; e 2) o estabelecimento (seguido do reconhecimento) da *diferença* entre o Eu e o Outro.



O estabelecimento (e reconhecimento) da diferença entre o *Eu* e o *Outro* seria, para Mezan, o que define a própria identidade, ou seja, que apesar de em muitos aspectos eu ser semelhante a outras pessoas, eu sou um ser **único/a** e, portanto, diferente do/a outro/a. A continuidade se refere à “dimensão temporal na elaboração da identidade, como algo que se estruturou no passado, se atualiza no presente e projeta-se no futuro” (idem, p. 103). Isto significa que a identidade, ao contrário do que a maioria dos/as autores/as afirma, não é nem pode ser compreendida como fixa, imutável, mas sim que passa sempre por mudanças. Já o sentido de constância se refere ao sentimento de que, apesar de ocorrerem mudanças na minha vida, idéias, valores e visões de mundo, eu continuo sendo a mesma pessoa. Esta concepção, apesar de prever a *mutabilidade* da identidade, entende que para que esta se constitua é necessária também certa “unidade”.

Hall (2007, p. 108), se opondo ao que considera uma identidade supostamente sustentada em um “núcleo estável do eu, que passa do início ao fim, sem qualquer mudança por todas as vicissitudes da história”, defende um conceito “não essencialista” de identidade. Para ele “as identidades não são nunca unificadas”. Ao contrário, na modernidade tardia, as identidades são “cada vez mais fragmentadas e fraturadas” (idem). Já Lago (1999), criticando a idéia de fragmentação da identidade coloca que esta, no nível do sujeito individual, não comporta as dicotomias construídas em torno da sociedade-indivíduo-cultura. A identidade, diz a autora, exige um mínimo de coerência e unidade interna imaginária, devendo ser concebida como “história” de vida. História esta continuamente redefinida, inventada e reinventada.

Assim, penso que tomar a identidade como uma “unidade” como fazem Lago e Mezan, não incorre em nenhum essencialismo. Não se trata de uma unidade “imutável”, como se refere Hall (2007), mas sim, como coloca Lago, uma unidade interna “imaginária”. Isto porque a identidade, de fato, é uma construção imaginária, uma organização ficcional (LAGO, idem). A identidade, diz Costa (apud GOUVEIA, 1993, p. 103), “é uma ficção necessária à ação”. Costa, no entanto, esclarece que ao comparar identidade com ficção ele de fato quer dizer “que só no nível consciente e em situações pragmáticas o sujeito percebe-se ou sente-se indiviso, constante, contínuo e livre de conflitos”, e que, “Relaxada esta postura, afastadas tais situações, a identidade para o sujeito não é mais certeza e sim uma interrogação (apud GOUVEIA, 1993, p. 103).

Isto significa que a “unidade” que constitui a identidade, além de não ser imutável – se reatualizando e se projetando para o futuro –, não é sempre estável nem se apresenta sempre no nível da consciência, a não ser em determinadas circunstâncias pragmáticas. Neste sentido, não existe um “eu que permanece sempre e já, ‘o mesmo’, idêntico a si mesmo ao longo do tempo”



(HALL, 2007). Nem por isso deixaria de existir um “núcleo estável”. Estabilidade não significa imutabilidade. A estabilidade é necessária para criar a unidade que, mesmo inconsciente, mantém um nível mínimo de “centramento”, sem o qual o indivíduo agiria feito um doidivanas.

Castells (1999), se referindo tanto aos “atores” individuais como coletivos, defende que pode haver para estes múltiplas identidades. Porém, discordando do autor, compreendo que, tanto no caso dos indivíduos como de sujeitos coletivos, não há identidades múltiplas, mas sim que estas são compostas de múltiplas dimensões. Neste sentido, entendo que uma mulher não é hora *mulher*, *esposa*, *mãe*, noutra *agricultora*, *militante*. O indivíduo é um só, ainda que possa assumir diversas posições a depender dos lugares que ocupa e dos variados papéis que desempenha na sociedade. O próprio Castells faz uma importante diferenciação entre “papéis” e “identidade”:

Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, freqüentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. [...] Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação [...] ⁴.

Identidade e militância

Do exposto, compreendo que a identidade é um elemento necessário para organizar a vida cotidiana. Porém, ela não é algo que esteja no nível do consciente o tempo todo, pois isto implicaria numa permanente ruptura com a cotidianidade o que, por sua vez, seria insuportável para qualquer indivíduo (HELLER, 1989). A identidade se expressa ou expressa o significado que determinados elementos adquirem para os indivíduos, tanto subjetiva como objetivamente. No caso das mulheres por mim entrevistadas, tanto militantes como não-militantes, o ser mulher e ser do rural são importantes fontes de significado da identidade. Mas no caso das militantes, outro elemento se agrega: participar e pertencer a um movimento social. Entre estas, a trajetória de vida de cada uma se entrelaça com a participação política em organizações e movimentos sociais, constituindo uma “teia” de significados para a identidade dessas mulheres.

Assim, na minha infância e minha adolescência, duas coisas me marcaram muito: a questão da seca, né? [...] E ... a falta da escola. Porque nossa comunidade só tinha até a quarta série [...] E nós fizemos uma luta durante cinco anos, assim, reivindicando junto aos políticos para que a gente conseguisse a continuidade da escola na nossa comunidade. [...] A partir daí a gente começou a se engajar na Igreja, né? Nas comunidades, que foi todo aquele período das Comunidades Eclesiais de Base, né? (Conceição, 37 anos, assentada, militante e dirigente do MST).

E desde que eu era adolescente, eu já gostava muito de me envolver... Eu gostava muito de política. Com 12, 13 anos, eu já participava. Começou na casa do meu pai, quando eu ainda era pequena. [...] Naquela época já tinha aqueles movimentos que chamava MEB, né? Movimento de Educação de Base e o meu pai participava...

⁴ CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2, p. 23.



Passava de 3 dias de encontro na minha casa. Vinha gente de todas as comunidades. E todo mundo trazia um peixe, um o feijão, o outro a farinha... Foi nesse ambiente que eu cresci (Josefa, 36 anos, militante e dirigente sindical, assentada, Zona Norte).

As histórias de Conceição e Josefa⁵ se encontram com a de Francisca, que viveu parte da infância e adolescência em meio à luta e resistência que deu origem ao assentamento onde mora; com a de Fernanda, que aos 17 estava organizando um grupo de mulheres jovens em sua comunidade; com as de Mariana e Cristina, que com menos de 20 já eram diretoras no movimento sindical; de Helena, que após acampar com a família, se engajou na luta “e não consegue mais sair” e com a de Liduína, que desde adolescente participava de pastorais e aos 19 anos participou pela primeira vez de uma “festa da terra” – a ocupação. A política é o fio que trama e entrelaça de algum modo às histórias de vida dessas mulheres que, apesar de militarem em movimentos diferentes, têm, além da militância, outro ponto em comum: romperam com as interdições que lhes eram postas, fizeram e fazem das contingências mais que possibilidades para sua liberdade e autonomia.

As situações de pobreza, precariedade, desigualdade, exclusão e dominação geram indignação nas militantes e as mobiliza a se engajarem na luta. Nas militantes dos movimentos mistos, a indignação se volta, sobretudo, contra a situação de pobreza das famílias, da população em geral. Para aquelas que têm maior vínculo com o movimento de mulheres ou assumem uma identidade feminista, a indignação contra a opressão das mulheres se soma a outras. Mas na busca de melhorar e transformar a vida de outras pessoas, a militância transforma a vida das próprias militantes, para quem esses movimentos passam a ser parte e dar sentido às suas vidas.

Assim, no movimento eu me sinto fortalecida, né? Porque foi através do movimento de mulheres que eu me despertei, comigo mesma, de qual é o meu papel como mulher perante a sociedade. Como eu procurar meus direitos, como eu reivindicar... (Suzana, 46 anos, militante do MMTR, assentada, região de Itapipoca).

[No movimento], se você entrou, você não sai mais. Porque você se sente responsável, porque é no movimento que você consegue as melhorias de vida que você busca, na saúde, na educação, na produção. Então, pra mim, o movimento é tudo. Assim, eu não consigo me imaginar sem o movimento (Liduína, 28 anos, militante e dirigente do MST, assentada RMF).

Os movimentos são assim espaços de transformação de si mesmas, além de instrumentos através dos quais exercem a cidadania, no sentido não só de ter acesso a direitos, mas de propô-los e reivindicá-los. Ele é também fonte de conhecimento, espaço de politização e de formação, não só para atuar no movimento, mas “para a vida” e para mudar a vida delas e de outras mulheres. Porém, se o movimento é bom e traz satisfação e realização pessoal e política, por outro lado exige muita dedicação das militantes, lhes “rouba toda a energia”. Tendo que se dedicar ao movimento, muitas ficam sem tempo para outras dimensões da vida: a própria família, as amigadas, o lazer – que já

⁵ Os nomes usados são fictícios a fim de preservar o anonimato das entrevistadas.



sendo precário para as mulheres do campo de modo geral, é ainda mais para as militantes, que ficam sem tempo para si mesmas. Há um desequilíbrio entre a vida privada e a vida pública, como se esta na comportasse a primeira.

A participação e militância nos movimentos sociais trazem para as mulheres a possibilidade de acesso ao mundo público e de viverem uma vida pública, que no dizer de Arendt (1991), é a vida “verdadeiramente humana”. A vida pública dá existência social e política às mulheres para além da vida cotidiana. A própria participação das mulheres na vida pública em si já é transformação, a um só tempo, do lugar e da representação social da mulher. Na vida pública as mulheres têm a oportunidade de fazer e se sentir fazendo parte da construção da sociedade. Ou seja, de sentir que não existem “só por existir”.

Pra mim, ser mulher é você participar, é você desafiar o desconhecido. Se você não desafiar você não sabe o que é ser mulher. Você só existe por existir (Liduína, 28 anos, militante e dirigente do MST, assentada, RMF).

Esta vida pública, porém, vem sendo ao longo de séculos interdita às mulheres. A esfera pública – espaço privilegiado da política e onde se desenvolvem as ações consideradas de interesses coletivos –, assim como a própria política, tem sido historicamente associada ao homem, como parte de sua “essência”. Por outro lado, a esfera privada – vista como espaço da vida familiar e doméstica e onde se desenvolve a reprodução – é associada às mulheres, e por isso considerada secundária. Espaço privado e reprodução, por sua vez, têm sido pensados como inerente às mulheres, isto é, como parte de sua “natureza”. A contraposição entre o âmbito privado-doméstico associado às mulheres e à falta de poder versus o âmbito público associado aos homens e ao poder vem sendo denunciada pelo feminismo como sendo fundamentalmente de natureza cultural e ideológica (JELLIN, 1994). É parte do processo de dominação patriarcal que ao longo de séculos usa de diversos mecanismos para manter as mulheres no lugar de subordinação e exploração.

Como a política historicamente se desenvolve ou apenas é legitimada se exercida no espaço público, naturalizado como espaço dos homens, as mulheres foram sistematicamente excluídas dela. O movimento feminista, ao questionar e procurar desconstruir a dicotomia público-privado, produção-reprodução, afirmando que o privado/doméstico também é político e que as relações de gênero (pensadas como relações de poder) permeiam as várias esferas da vida social, vem contribuindo para tirar as mulheres do isolamento, contribuindo para que elas se tornem “reais” e se façam sujeito. Nas últimas décadas as mulheres, subvertendo a lógica patriarcal, vêm rompendo com seu isolamento ao ocuparem o espaço público. Ousaram ir às ruas, fizeram e fazem movimentos, reivindicam direitos e ocupam cada vez mais cargos de poder. Entretanto, ainda hoje o direito à participação política para as mulheres continua sendo interdito na prática por um



conjunto de obstáculos que são colocados no seu dia-a-dia: a imposição do trabalho doméstico e das tarefas de cuidados com a família como responsabilidades próprias e exclusivas das mulheres; a falta de autonomia econômica das mulheres, fazendo com que estas se tornem e permaneçam dependentes dos homens; a imposição de uma dupla e até tripla jornada de trabalho – no mercado, na família e na política – para aquelas que participam do mundo público. Existem ainda alguns mecanismos simbólicos, como a discriminação vivida pelas mulheres que trabalham fora de casa ou que participam da política, acusadas de abandonarem os/as filhos/as, a casa e o marido.

No âmbito dos movimentos sociais mistos, prevalece uma cultura política patriarcal que cria um ambiente desfavorável para a participação das mulheres. Embora no discurso ressalte-se a importância da participação destas, as práticas desconsideram a realidade de desigualdade vivenciada pelas mulheres, não oferecendo condições equitativas para que estas tenham as mesmas possibilidades de participação que os homens. De modo geral, os movimentos sociais mistos não levam em consideração as especificidades de seus/as militantes, tratando estes/as como seres assexuados e sem identidade de gênero. De acordo com Goldenberg (1997) e Sena (2004), esta visão também está presente na produção teórica sobre militância. Ambas as autoras se questionam sobre as práticas das mulheres militantes, já que o perfil tradicional “do” militante é sempre pensado no masculino. Segundo Goldenberg (idem), entre as principais características do/a militante estão: o domínio do discurso, a fala dura, métodos de disputa agressivos e total dedicação ao movimento, só possível devido à distância da vida familiar e doméstica. Características geralmente pouco encontradas nas mulheres, que têm uma experiência do mundo, desde a socialização na infância, longe da vida pública e voltada para a vida privada.

Sena (2004), por sua vez, considera que a dimensão subjetiva da militância, geralmente desprezada pelos movimentos sociais mistos, é uma das mais importantes quando se pensa a militância das mulheres, pois esta é diferente em muitos aspectos da militância dos homens. Por exemplo, os movimentos desprezam o fato de que a divisão sexual do trabalho, que responsabiliza as mulheres pelos trabalhos domésticos e cuidados com a família, limita a participação política das mulheres. A sobrecarga de trabalho geralmente deixa as mulheres sem tempo para a participação e, muito menos, para a militância em movimentos e partidos políticos. Esta situação se mostra injusta, pois enquanto os homens que vão para a política têm uma retaguarda doméstico-familiar, com alguém que “cuida” deste âmbito para que eles participem livremente, para as mulheres, se quiserem participar, têm geralmente que assumir uma sobrecarga de trabalho. Isto tende a gerar uma situação de conflito interno para as militantes que geralmente se sentem culpadas por se afastarem



da família e ainda lidar com a cobrança da sociedade, que costuma colocar sobre as mulheres a responsabilidade por uma suposta “desestruturação” da família.

Mas a maior dificuldade que a gente sente mesmo é essa coisa da família, sabe? Porque são duas coisas que você faz e gosta, né? Uma coisa que você gosta muito é a família. Outra coisa é o movimento. E a gente se apega a ele, né? Eu tenho um problema comigo, é que eu me dedico de corpo e alma ao que eu tô fazendo... (Josefa, 36 anos, militante e dirigente sindical, assentada, Zona Norte).

O cotidiano... a vida familiar e a vida política na organização, é sempre um desafio, né? [...] Assim, tem muitos momentos que não é fácil, né? Às vezes a gente tem vontade assim, de ter mais tempo pra família, mais tempo pras filhas, pro filho, pro marido, pra mãe... pra gente, né? (Conceição, 37, militante, dirigente do MST, região do Jaguaribe).

Esta situação de conflito, juntamente com o fato dos movimentos não oferecerem condições para as mulheres que são casadas e têm filhos/as militarem sem se sentir culpadas ou irresponsáveis, ou mesmo que não gere sobrecarga para elas, leva algumas militantes a se questionarem sobre o sentido da própria militância.

O movimento, ele toma muito mais tempo da nossa vida do que a família... A quem é que eu me dedico a semana inteira, né? Na minha casa eu tenho dois dias, dois dias e meio. O resto da semana é no sindicato. Aí, às vezes a gente tem que se questionar e avaliar se isso vale a pena, né? (Josefa, 36 anos, militante e dirigente sindical, assentada, Zona Norte).

É comum que no âmbito dos movimentos sociais mistos, muitas mulheres tenham que descobrir e inventar modos para administrar o conflito estabelecido entre o papel esperado da mulher como mãe, dona de casa e esposa, e sua ação militante – que é resultado de uma escolha. Este conflito geralmente não se coloca para os homens, já que seu papel social e culturalmente esperado inclui o ser político. Ainda que possa ser ruim para alguns homens se manter distantes da família, ser militante não é algo que lhe exija maiores sacrifícios em relação à vida pessoal e familiar. Pode haver uma falta, mas não culpa ou responsabilização, afinal, ele não está rompendo com nenhuma expectativa social. Infelizmente, o conflito muitas vezes leva algumas mulheres a se sentirem obrigadas a optar pela militância ou pela vida pessoal/familiar. Uma escolha perversa para aquelas que se sentem incompletas sem uma das duas dimensões.

Porque os dois têm um peso igual, né? E aí você fica meio que perdida com o que você vai fazer. E aí, às vezes o político acaba falando mais alto, né? Mas a mulher não fica bem, fica se sentindo culpada, responsável pelos problemas em casa [...] Então, assim, ser mulher pra mim, é uma coisa que você tem que ter um peso certo em tudo que você vai fazer. Porque se você vai viver só na questão, assim, familiar, você também não se realiza. Cai naquela rotina, todo dia em casa, cuidar do marido, dos filhos... E pra quem foi do movimento uma vez, é difícil, porque você não consegue mais parar, não quer mais parar (Liduína, 28 anos, militante e dirigente do MST, assentada, RMF).

Diante do fato de as mulheres terem que optar entre a militância e a vida em família, uma das militantes levanta uma série de questionamentos pertinentes:

E eu questiono exatamente isso: Até que ponto a contribuição das mães militantes é importante num movimento social? [...] Até que ponto a Ciranda Infantil atende as necessidades de uma mãe militante? Até que ponto as organizações das quais elas fazem parte reconhecem a importância da contribuição delas pro



movimento? Se é que tem importância, né? Porque assim, todas nós, eu e outras que saíram, eu considero que eu fiz e que sou capaz de fazer algo que seja importante e que a sociedade também poderá dizer isso, né? (...) Mas é como se isso aí não valesse nada depois. Quando você se sente obrigada a se ausentar das atividades e a organização não lhe chama pra conversar, pra saber quais são as condições mínimas que você precisa pra continuar (Helena, 40 anos, militante do MST, assentada, Sertão Central).

A situação dessas mulheres demonstra a importância dos movimentos sociais e demais organizações mistas debaterem e assumirem o compromisso de também enfrentar os mecanismos de interdição e exclusão das mulheres da vida pública, entendendo que estes estão diretamente articulados com a vida privada. Aumentar as possibilidades das mulheres estarem no espaço público pressupõe mudanças tanto na cultura política dos movimentos e nas suas formas de perceber e analisar as relações de gênero, como também que estes se empenhem mais em provocar mudanças no âmbito da vida doméstica e familiar – o que exige mudanças nas posturas dos homens, abandonando o machismo e dividindo as tarefas domésticas. É importante também, que os movimentos mistos ouçam as mulheres, que elas tenham voz não apenas para proferir um discurso em defesa do projeto político do movimento, mas que possam falar dos problemas que enfrentam na sociedade e no próprio movimento, pelo fato de serem mulheres. Neste caso, considero que a criação, nos movimentos mistos, de instâncias específicas de mulheres (setoriais, coletivos ou comissões), contribui para que esse discurso próprio seja elaborado.

Por outro lado, numa perspectiva feminista de transformação social, faz-se necessário desconstruir a idéia de que a família, a maternidade e a casa são as únicas possibilidades de realização pessoal das mulheres. Do mesmo modo, é preciso construir uma visão de que as mulheres são capazes e podem conduzir sua própria vida, isto é, podem ser sujeito político. Isto, entretanto, pressupõe os elementos básicos do ser sujeito: identidade, autonomia e projeto.

No caso das mulheres militantes que acabam por abandonar os movimentos, ou aquelas que ficam neles abrindo mão de uma vida pessoal e familiar própria, entendo que estas podem ter identidade e mesmo projeto, no entanto, falta-lhes autonomia. A “opção” que elas fazem de retornar à família, ainda que possa ser considerada como auto-determinação, não é uma escolha autônoma na medida em que autonomia só ocorre quando se tem, de um lado, liberdade, e de outro, condições objetivas para se fazer escolhas. As “mães militantes” não as têm. Essas mulheres não gostariam de deixar o movimento, nem de deixar a família, o fazem por sentirem-se obrigadas. Neste sentido, elas não conseguem romper com suas contingências para transformá-las em destino, ao contrário, são vencidas pelas contingências. Daí, que se faz necessário criar condições para que essas mulheres possam efetivamente ser sujeito de suas vidas, de suas histórias, tomando-as nas mãos.



Bibliografia

- ARENT, Hannah. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.
- CRUZ, Elizabeth F. *Ação política, transformação social e re-construção de identidades: Um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.
- _____. *Do Doméstico ao público: participação política e des-re-construção da identidade de mulheres líderes no sindicalismo rural do Ceará*. Nf. 95. Monografia (Conclusão do Curso de Serviço Social). Universidade Estadual do Ceará, 2000.
- GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres e militantes*. In: Revista Estudos Feministas. Vol. 5, N.2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997.
- GOUVEIA, Taciana M.V. Retornar no Passo adiante: breve história da construção de uma metodologia. In: *Gênero e desenvolvimento institucional*. GOUVEIA, Taciana; SILVA, Carmem; LARANJEIRA, Márcia. Recife: SOS Corpo-Instituto Feminista para a Democracia, 2007.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- JELLIN, Elizabeth. Las familias en America Latina. In: *Familias Siglo XXI*. Santiago: Isis Iternacionale, 1994.
- LAGO, Mara C. de Souza. Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara C. de Souza; RAMOS, Tânia Regina O. (Org.) *Falas de gênero: teoria, análises e leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 119-129.
- SENA, Francisca M. Rodrigues. *Mulheres em movimento: construção de relações de gênero na militância política das mulheres*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A Produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.